A primavera que virou outono

Os movimentos populares derrubaram governos, mas construir Estados democráticos exige um caminho longo e cheio de conflitos

No início de 2011, revoluções jovens, modernas e seculares depuseram os ditadores da Tunísia e do Egito, causando uma onda de revoltas que avançou além de suas fronteiras. Esses movimentos de protesto ganharam o nome de Primavera Árabe. A queda do ditador Zine al-Abidine Ben Ali, na Tunísia, representou uma novidade para a região: pela primeira vez, um governante foi deposto pela força do próprio povo mobilizado nas ruas. A derrubada do ditador Hosni Mubarak, no Egito, o país mais influente e populoso do mundo árabe, contribuiu para espalhar os protestos pela região.

No entanto, a Primavera Árabe, que num primeiro momento encheu de esperança a população árabe, tomou rumos complexos, com os choques de interesses entre grupos políticos e forças econômicas e militares. A repressão aos protestos provocou levantes armados de grupos com apoio estrangeiro, intervenções militares externas e multiplicou as áreas de conflitos. Após meses de combates, outros dois ditadores foram depostos, ainda em 2011: Muammar Kadafi, na Líbia, e Ali Abdullah Saleh, no Iêmen.

Como se pode observar, na busca da soberania popular, nada é simples nem fácil. Na Tunísia, o novo governo manteve no poder membros do regime deposto. No Egito, os militares se apegaram ao poder e frearam as mudanças. Na Líbia, a desagregação do país e as rivalidades entre os grupos frustram os anseios por democracia. A Síria está mergulhada em profunda violência.

A Síria em estado de guerra

A repressão do ditador sírio Bashar al-Assad às manifestações contra o regime evoluiu para uma guerra civil, protagonizada por rebeldes que contam com apoio externo, em armas e homens, que enfrentam as forças oficiais há dois anos. A situação na Síria agravou-se a ponto de o ditador Bashar al-Assad afirmar, em junho de 2012, que o país vive "em estado de guerra". A crise recente é a mais séria ameaça à ditadura da família Al-Assad, estabelecida há mais de 40 anos. O conflito matou, pelas estimativas da ONU, 60 mil pessoas entre março de 2011 e dezembro de 2012. Cerca de 30 mil pessoas estão refugiadas na Turquia.

O pai do atual presidente, Hafiz al-Assad, chegou ao poder liderando um golpe militar em 1970. Para se sustentar, instituiu um complexo sistema de alianças – e entender como esse sistema funciona é essencial para compreender o conflito. O clã Al-Assad pertence à minoria alauíta (cerca de 10% da população), parte do ramo xiita do islamismo. Para se manter no poder, Hafiz obteve apoio político de líderes da maioria sunita (75%), os prósperos mercadores das cidades de Aleppo e Damasco, que formam a elite econômica síria. Sunitas e xiitas são as duas grandes vertentes do islamismo. Aos cristãos (10%), Hafiz oferece proteção. Os postos-chave do governo e das Forças Armadas ficam nas mãos de um círculo leal de alauítas.

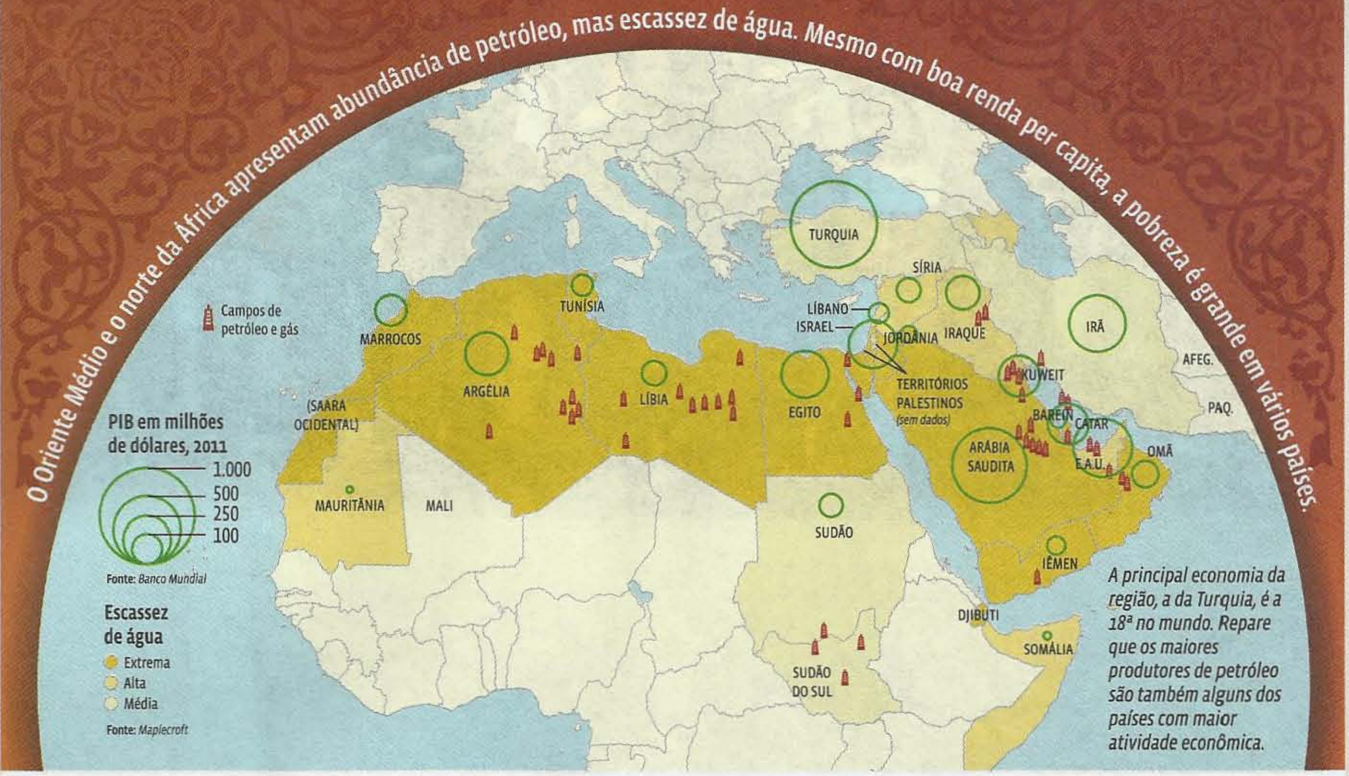
O ditador imprime um caráter laico ao Estado sírio, o que favorece o convívio entre as várias comunidades religiosas. Por outro lado, o regime utiliza um vasto aparato de segurança e inteligência, que persegue e sufoca a oposição. Quando Bashar assumiu a Presidência, após a morte do pai, em 2000, havia a expectativa de que o jovem líder fosse iniciar uma abertura política, o que não ocorreu. Assim, os setores descontentes se recolhem, à espera de um enfraquecimento do regime.

A insatisfação com a ditadura transbordou para as ruas logo após as revoluções na Tunísia e no Egito, no início de 2011. As manifestações pró-democracia começam em março daquele ano e se alastram pelo país. Bashar envia tropas para acabar com os protestos.

A violenta resposta do governo estimula parte da oposição a pegar em armas para derrubar o regime, com o apoio de governos no exterior, como o do Catar. A criação do Exército Livre da Síria (ELS) por um ex-coronel do Exército, em agosto de 2011, marca o início da rebelião armada. A deserção de soldados e a adesão de ativistas fazem com que cresça a influência do ELS, que, no fim do ano, controla partes do território do país. As forças sírias ampliam a repressão.

RECURSOS NATURAIS E ECONÔMICOS

O Oriente Médio e o norte da África apresentam abundância de petróleo, mas escassez de água. Mesmo com boa renda per capita, a pobreza é grande em vários países.



A principal economia da região, a da Turquia, é a 18ª no mundo. Repare que os maiores produtores de petróleo são também alguns dos países com maior atividade econômica.

A PROSPERIDADE DAS ECONOMIAS

Renda per capita, em dólares, em 2011

Catar	80.440
Kuweit*	48.900
Emirados Árabes Unidos	40.760
Israel	28.930
Omã*	19.260
Arábia Saudita	17.820
Barein*	15.920
Líbia**	12.320
Turquia	10.410
Líbano	9.110
Irã**	4.520
Argélia	4.470
Jordânia	4.380
Tunísia	4.070
Marrocos	2.970
Síria*	2.750
Iraque	2.640
Egito	2.600
Sudão*	1.300
Djibuti*	1.280
Iêmen	1.070
Mauritânia	1.000

Repare na diferença da riqueza por habitante entre os países da região. Os extremos são a Mauritânia e o Catar.

*2010. **2009.
Não há dados para Somália e territórios palestinos. **Fonte:** Banco Mundial

QUEM TEM PETRÓLEO

Reservas de petróleo, maiores do mundo e nações árabes, em bilhões de barris, 2011

Fonte: *OMC*

Os países com economia baseada na extração de petróleo e gás, como Arábia Saudita, Kuweit e Emirados Árabes, são fortemente exportadores. Mais de 40% da atividade produtiva desses países é voltada para as vendas externas. É uma fragilidade, pois os mercados oscilam. Isso não acontece com a Turquia, por exemplo, cuja atividade econômica é muito mais diversificada.

A PERSISTÊNCIA DA POBREZA

Porcentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza (2 dólares por dia, 2005)

Mauritânia	52,6%
Argélia	24,6%
Marrocos	24,3%
Egito	18,5%
Iêmen	11,1%
Irã	8,3%
Tunísia	3,0%

Fonte: *World Development Indicators 2012, Banco Mundial*

OS MAIORES GASTOS MILITARES

Investimento do governo destinado às Forças Armadas de cada país, sem considerar o salário dos militares (milhões de dólares)

Arábia Saudita	45.200
Turquia	17.400
Emirados Árabes Unidos	16.100
Israel	14.000
Irã	10.600

Fonte: *The Military Balance 2012 – The International Institute for Strategic Studies (IISS)*

MARTIN BUREAU/AFP

A importância da Síria

A Síria tem um papel importante no jogo de alianças no Oriente Médio, e uma intervenção militar externa poderia detonar um conflito em toda a região. O regime sírio forma com o Irã e o grupo Hezbollah, do Líbano, um "arco xiita" que se opõe a Israel e disputa a hegemonia no Oriente Médio com as monarquias sunitas. Enquanto os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) apoiam Israel e as monarquias petrolíferas do Oriente Médio, a Rússia é o mais importante aliado da Síria.

Na ONU, os EUA e os países europeus fazem pressão para que o Conselho de Segurança (CS) aprove uma resolução de condenação ao regime sírio, estipulando um embargo internacional. Mas o texto é barrado no CS, pelo veto de Rússia e China, aliadas do Irã. Sem consenso para uma ação militar, os EUA, a UE e a Liga Árabe – comandada por Arábia Saudita e Catar – pedem a renúncia de Bashar e decretam sanções contra a Síria. Os rebeldes contam com o apoio da Turquia, que oferece bases ao ELS. A Arábia Saudita e o Catar também enviam armas e munições para o ELS. O suporte da Turquia à oposição síria eleva a tensão entre os dois vizinhos. Em dezembro de 2012, a Otan, aliança militar ocidental, da qual a Turquia faz parte, autoriza a instalação de baterias antimísseis na fronteira.

Os Estados Unidos e a União Europeia relutam em armar a oposição, que se encontra fragmentada. Os EUA temem que as armas sejam desviadas por extremistas islâmicos ligados ao grupo terrorista Al Qaeda, que podem estar misturados aos rebeldes.

Uma intervenção militar externa na Síria pode detonar um grande conflito em todo o Oriente Médio

Evolução do conflito

Milícias paramilitares alauítas ligadas ao governo – chamadas de *shabiha* – são acusadas de executar mulheres e crianças em vilas sunitas. Os massacres de Taldou (108 mortos, em maio de 2012) e Cubair (78 mortos, em junho) sinalizam a guerra sectária, ou seja, com base em diferenças religiosas ou étnicas.

O ELS intensifica as ações armadas e chega a Damasco, a capital, onde entra em choque em junho de 2012 com a Guarda Republicana, responsável pela segurança do presidente. A chegada dos embates ao centro do poder desperta o temor de que o ditador possa recorrer a armas químicas para barrar os rebeldes. Em novembro, o ELS consolida o controle sobre a província petrolífera de Dayr az Zawr, no leste, conquista bases militares e amplia o acesso a armamentos pesados.

Por enquanto, 15 mil integrantes do ELS enfrentam um Exército de 220 mil homens. Assim, a maior ameaça ao regime é a erosão dos pilares da ditadura – a lealdade da cúpula militar alauíta e o suporte político da elite sunita.

Justiça (PLJ), seu braço político, ficou perto da maioria absoluta. Os salafistas (grupo fundamentalista) elegeram a segunda maior bancada.

A hegemonia dos islamitas incomoda setores como a minoria cristã e os liberais e laicos, que temem a implantação de um Estado islâmico, regido pela sharia (lei religiosa inspirada no Islã). A postura da Irmandade contribui para isso. Embora seus líderes defendam um Estado não religioso, inspirado em alguns princípios religiosos, como na Turquia, seu programa não é claro.

A primeira grande crise eclode em março de 2012, quando a Corte de Justiça dissolve a Assembleia Constituinte nomeada pelo Parlamento por causa do predomínio dos islamitas. Nos meses seguintes, a Irmandade negocia com partidos liberais e seculares a escolha de um painel mais representativo da sociedade egípcia.

FORÇA DAS RUAS
Manifestação contra a ditadura na Tunísia, em janeiro de 2011: a derrubada do ditador Ben Ali deu a partida na Primavera Árabe, que vem abalando as estruturas de poder nos países da região

O clima de apreensão aumenta com as eleições presidenciais, em maio. Engenheiro com carreira nos EUA, Mohammed Mursi é considerado um conservador religioso – durante a campanha, promete adotar a sharia e promover reformas radicais no governo. Como a conquista da Presidência levaria a Irmandade a concentrar o poder no Executivo e no Legislativo, os militares decidem intervir. Antes do segundo turno, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) suspende o Parlamento e assume os poderes legislativos. No fim da votação, quando as pesquisas já apontam a vitória de Mursi, o CSFA decreta uma Constituição interina e passa a controlar o orçamento nacional, a segurança interna e as relações exteriores. O CSFA também se outorga o poder de veto na elaboração da Constituição.

No final, Mursi vence, mas assume a Presidência com autoridade limitada e o desafio de negociar com os generais a continuidade da transição democrática no Egito. Ainda é cedo para dizer se o objetivo do CSFA é tomar de fato o poder pela força, como ocorreu nos anos 1990 na Argélia, palco de um golpe militar após a vitória eleitoral dos islamitas. O cenário indica que a junta militar queira se manter como um poder real, para forçar a Irmandade à negociação permanente no exercício do governo.

Os problemas do Egito

Dois anos após o início dos protestos que derrubaram o ditador Mubarak, o Egito ainda vive uma situação instável, pois há um precário equilíbrio de poder entre o presidente eleito, Mohammed Mursi, e os militares, que continuam com grande poder institucional. Há ainda a pressão das ruas, que não parou nos últimos meses.

A comunidade internacional acompanha atentamente os acontecimentos no país, porque, na condição de nação mais populosa e influente do mundo árabe, os rumos do Egito exercem papel importante no destino da região. A situação preocupa, em especial, os EUA e Israel, pois o Egito se tornou um estratégico aliado dos dois países desde que firmou os acordos de Camp David, em 1979, reconhecendo o Estado judeu. Para os isralenses, é essencial que o Egito mantenha o acordo em vigor, e, neste contexto, os EUA enviam uma ajuda financeira anual às Forças Armadas egípcias (*veja mais na pág. 84*).

O islamita Mursi assumiu a Presidência em 30 de junho de 2012, após vencer eleições inéditas no país. O evento histórico deveria inaugurar um novo período na vida do povo egípcio, ao encerrar décadas de supremacia dos militares no poder e iniciar um período democrático. Mas isso não ocorreu, pois a junta militar à frente do governo provisório – por desconfiança em relação à Irmandade Muçulmana, à qual Mursi é ligado – resolveu, pouco antes da posse, dissolver o Parlamento dominado pelos islamitas, esvaziar o poder da Presidência e tentar se manter como a autoridade máxima do Estado.

A desconfiança vem do fato de que a Irmandade Muçulmana é a maior e mais antiga organização islâmica do país, que, por décadas, lutou na clandestinidade contra o regime militar. Mesmo proibido, o grupo liderava a oposição. Seus líderes disputavam assentos no Parlamento como independentes (o Egito aceitava candidaturas avulsas). Como força organizada, a Irmandade teve um papel secundário na revolução de 2011, mas tornou-se a grande vitoriosa nas eleições para o Parlamento. O Partido Liberdade e

GIANLUIGI GUERCIA/AFP

DE VOLTA À PRAÇA
Manifestação na praça Tahir, no Cairo, em novembro de 2012: a volta das multidões ao cenário de protestos do início da Primavera Árabe

A Líbia desagregada

Na fronteira oeste do Egito, a Líbia enfrenta uma situação difícil. O país teve em julho de 2012 as primeiras eleições desde 1964 para o Congresso. Em agosto, o Conselho Nacional de Transição (CNT), que liderava oposição à ditadura de Muammar Kadafi e assumiu o governo após sua queda, elege Mohammed Magariaf para presidente. Quem assume o cargo de primeiro-ministro, em outubro, é Ali Zidan, um advogado de direitos humanos. O novo governo enfrenta uma realidade de desagregação do país e tenta conter as rivalidades regionais e impor sua autoridade sobre grupos armados que converteram o território em feudos semiautônomos.

A revolta que derrubou Kadafi, o mais antigo ditador do mundo árabe, foi um dos momentos capitais das turbulências que afetam a região. Durante meses, as forças de Kadafi sofreram bombardeios da Otan, aliança militar ocidental, e resistiram ao avanço dos rebeldes, até a tomada de Trípoli, a capital, em agosto de 2011. O fim dos conflitos ocorreu em outubro, após a execução do ditador pelos rebeldes.

Desde o início, o maior desafio do CNT foi controlar as milícias locais (*katibas*) que proliferaram no período de guerra civil e depois passaram a lutar entre si, espalhando a violência pelo país. O CNT procura desmobilizar as *katibas* e submetê-las a um comando central, mas os grupos pegam em armas para assegurar interesses próprios.

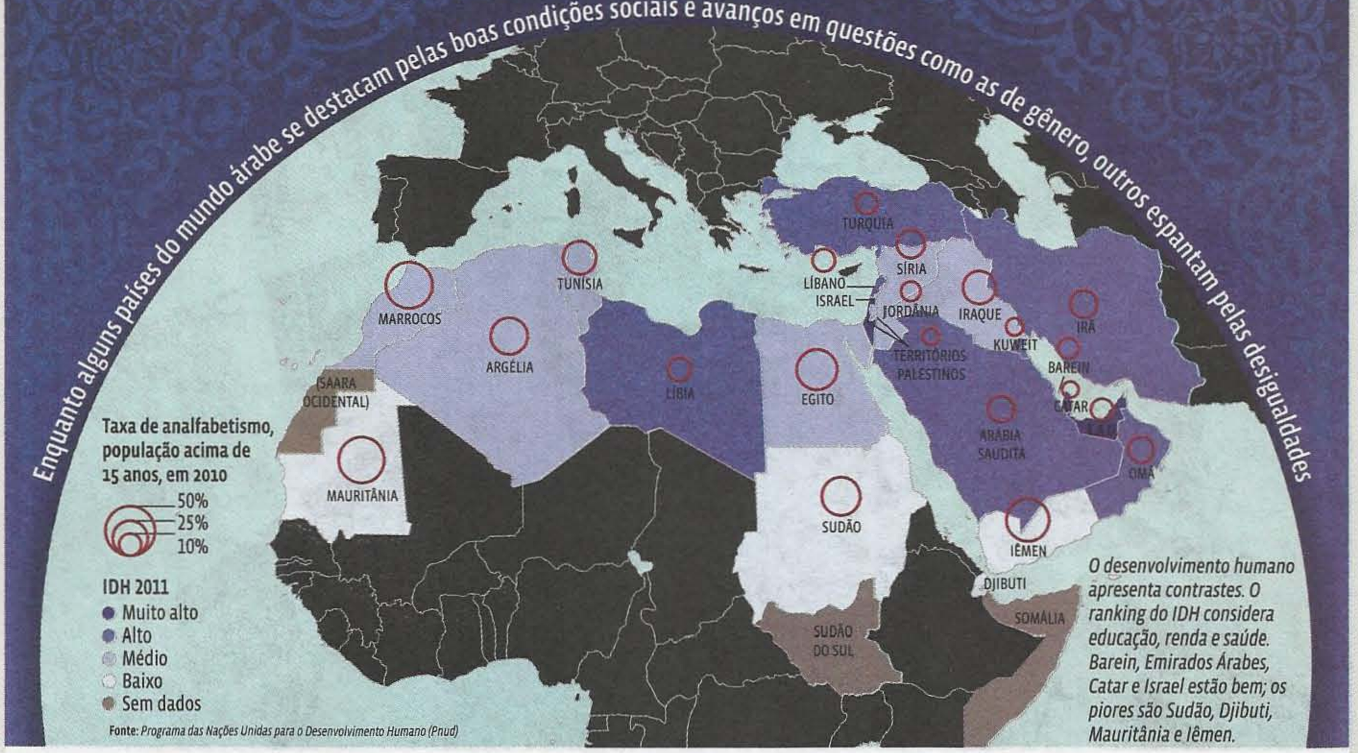
O novo governo líbio busca garantir a unidade do país, dividido em três regiões: a **Cirenaica**, no leste, com centro em Benghazi; a **Tripolitânia**, no oeste, onde fica Tripoli; e **Fezzan**, no sudoeste. Após a independência líbia, em 1951, as regiões desfrutaram relativa autonomia. Depois de chegar ao poder, em 1969, Kadafi estabelece o controle direto sobre as províncias, mas também acentua as disputas regionais, ao concentrar a riqueza na Tripolitânia, área de seu grupo étnico, e negligenciar a Cirenaica, foco de oposição.

Após o fim da ditadura de Kadafi, a Líbia vive dificuldades para superar a rivalidade entre as três regiões que compõem o país

Na Líbia pós-Kadafi, as lideranças da Cirenaica passam a reivindicar o retorno ao federalismo, e pesa na disputa o controle pelas reservas de petróleo. A maior parte delas está na Cirenaica. Os anseios por autonomia encontram forte resistência no CNT, que teme a desintegração do país e não cogita abrir mão da região rica em petróleo. Existe a perspectiva de realização de uma Assembleia Constituinte para dar forma a novas instituições no país. Mas o pleito ainda não aconteceu, devido às divergências sobre o tamanho da representação de cada região na Assembleia e as formas de tomar as decisões.

QUESTÕES SOCIAIS: EDUCAÇÃO, MULHERES, RELIGIÃO

Enquanto alguns países do mundo árabe se destacam pelas boas condições sociais e avanços em questões como as de gênero, outros espantam pelas desigualdades



Fonte: *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud)*

O desenvolvimento humano apresenta contrastes. O ranking do IDH considera educação, renda e saúde. Barein, Emirados Árabes, Catar e Israel estão bem; os piores são Sudão, Djibuti, Mauritânia e Iêmen.

HOMENS X MULHERES

Diferenças sociais entre homens e mulheres

	Classificação entre 146 países		Índice de Igualdade de Gênero* (zero a um), em 2011
↑ mais desigualdade	146°	Iêmen	0,769
	135°	Arábia Saudita	0,646
	128°	Sudão	0,611
	126°	Mauritânia	0,605
	117°	Iraque	0,579
	111°	Catar	0,549
	104°	Marrocos	0,510
	92°	Irã	0,485
	86°	Síria	0,474
	83°	Jordânia	0,456
	77°	Turquia	0,443
	76°	Líbano	0,440
	71°	Argélia	0,412
	51°	Líbia	0,314
	49°	Omã	0,309
	45°	Tunísia	0,293
	44°	Barein	0,288
	38°	Emirados Árabes	0,234
	37°	Kuweit	0,229
mais igualdade ↓	22°	Israel	0,154

** São avaliados 146 países, em quesitos como mortalidade materna, participação feminina no Legislativo e no mercado de trabalho, incidência de gravidez na adolescência e uso de contraceptivo. Não há dados sobre Djibuti, Egito, Somália e territórios palestinos.* Fonte: *ONU*

A QUESTÃO DE GÊNERO

A Arábia Saudita, que faz parte do grupo de países com IDH elevado, apresenta uma das piores classificações quando o assunto é igualdade de gênero. Lá, as mulheres são proibidas de viajar, trabalhar ou estudar no exterior. Também não podem se casar, pedir divórcio ou entrar em hospital público sem receber permissão de seus guardiões (pais, maridos ou irmãos).

A QUESTÃO RELIGIOSA

Um fator importante de tensão no Oriente Médio são os conflitos religiosos. Mesmo no âmbito do islamismo, as correntes sunita e xiita servem como base para grupos que disputam o poder e influenciam na condução da vida política de cada país e também nas alianças com seus vizinhos.

Como Estado judeu, Israel é o único país da região sem maioria de muçulmanos.

RELIGIÃO E GOVERNO

Crença religiosa da população, em %

● Sunitas ● Xiitas ● Outros

País	Religião			Governo
Arábia Saudita	93,3% (sunitas)	3,4% (xiitas)	3,3% (outros)	Monarquia sunita
Turquia	82,5% (sunitas)	15,0% (xiitas)	14,0% (outros)	República parlamentar
Síria	74,0% (sunitas)	12,0% (xiitas)	14,0% (outros)	Ditadura sob controle de alauítas (ramo xiita)
Iraque	62,5% (xiitas)	3,0% (outros)	34,5% (sunitas)	República parlamentar sob liderança xiita
Líbano	34,1% (xiitas)	44,7% (outros)	21,2% (sunitas)	República parlamentar
Irã	86,1% (xiitas)	3,8% (outros)	10,1% (sunitas)	República Islâmica xiita

Fontes: *Calendário Atlante de Agostini 2012*, ALMANAQUE ABRIL *2013*

GORAN TOMASEVIC/REUTERS

Percalços na Tunísia

Foco inicial das revoltas populares que se espalham pela região, a Tunísia foi o primeiro país da Primavera Árabe a realizar eleições livres, após a derrubada de Ben Ali. Com uma população pequena, homogênea e educada, uma identidade nacional coesa e uma instituição militar desengajada, o país apresenta as melhores chances de adotar com êxito um regime democrático.

À semelhança do Egito, as forças islâmicas ganharam espaço no processo eleitoral. O partido islamita Ennahda (Renascença) conquistou a maior bancada na Assembleia Constituinte. O partido adota a moderação e se coliga com forças não religiosas para designar um governo até as eleições gerais. Em março de 2012, o Ennahda anuncia o caráter laico da nova Constituição, que não deverá mencionar a sharia.

A tensão interna elevou-se, porém, quando os conservadores salafistas, que defendem um Estado islâmico, passaram a promover ações violentas e protestos. Em fevereiro de 2013, o líder da oposição, Chukri Bel Aid, é assassinado, e sua morte abre uma crise política. Protestos ganham as ruas. Os salafistas são apontados como culpados, e o governo, por não coibi-los. Bel Aid era um dos principais críticos ao governo islâmico da Tunísia e à violência de grupos extremistas. Em meio à crise, o primeiro-ministro Hamadi Jebali pede demissão, após não obter consenso para formar um governo técnico. O novo primeiro-ministro, Ali Larayedh, assume pedindo apoio popular e unidade para consolidar a democracia.

Na Tunísia, aumenta o confronto interno entre a ideia de democracia e a implantação de um Estado religioso

Iêmen e Barein

No Iêmen, a nação mais pobre do mundo árabe, as manifestações populares pela renúncia de Ali Abdullah Saleh, com mais de 30 anos no poder, colocam a nação à beira da guerra civil. Surgiram violentas disputas entre clãs rivais na capital, Sanaa, e houve um avanço dos extremistas islâmicos ligados à Al Qaeda, no sul. Após um ano de conflito, Saleh deixa o poder, em fevereiro de 2012, quando os iemenitas elegem um novo presidente – Abdul Rahman Mansur al-Hadi.

A prioridade do novo governo é restaurar a estabilidade e a segurança, sobretudo no sul, onde o governo lança uma campanha militar para retomar o controle sobre redutos dos extremistas, com o auxílio dos drones norte-americanos – aviões de espionagem e ataque não tripulados (*veja na pág. 37*). A região é um dos principais alvos dos Estados Unidos na ação contra o terrorismo internacional.

No Barein, as manifestações da comunidade xiita – 70% da população – contra a dinastia sunita são a mais

AFP

VIOLÊNCIA SEM FIM
Vista dos arredores de Damasco (*à esq.*) e o fim de Kadafi: confrontos na Síria e na Líbia evoluíram para guerras civis, com grandes prejuízos e perdas humanas

grave ameaça a uma monarquia do golfo Pérsico em décadas. Mas, diferentemente da Síria, os governantes do Barein são aliados das potências ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, que abrigam na pequena ilha do golfo Pérsico a sede de sua quinta frota naval. O movimento popular por democracia e pelo fim da discriminação à população xiita acabou violentamente reprimido, com a participação decisiva de tropas militares vindas da vizinha Arábia Saudita (que também reprimiu os seus protestos internos).

Com a revolta esmagada, o rei do Barein, Hamad al-Khalifa, convoca uma comissão para avaliar os abusos cometidos contra os manifestantes. O relatório conclui que foi usada força excessiva e acusa a polícia de torturar prisioneiros. Em seguida, o rei forma um comitê para discutir reformas políticas. A iniciativa é vista com ceticismo pelas lideranças xiitas, que voltam a organizar protestos em abril de 2012. Em outubro, em meio a uma nova onda de revoltas, o governo proíbe a realização de manifestações.

Mali

Os conflitos desencadeados pela Primavera Árabe atingiram países próximos que nem pertencem ao mundo árabe, como o Mali. País da região sul do deserto do Saara, o Mali iniciou 2013 em grave crise, cuja origem são grupos armados vindos da Líbia, de onde muçulmanos tuaregues, população não árabe, retornam com armas. Eles buscam a independência do norte do país, pois se dizem marginalizados.

Em janeiro de 2012, aliam-se à Al Qaeda e ao grupo radical islâmico Ansar Dine e lançam uma ofensiva. Os rebeldes tomam cidades do norte do Mali, como a histórica Timbuktu, e mais de 500 mil pessoas fogem. Nos territórios conquistados, os radicais islâmicos impõem a sharia. Em janeiro de 2013, a França envia ao país 2,5 mil soldados e bombardeia áreas rebeldes, com o aval da ONU e apoio de forças norte-americanas. A intervenção externa faz com que os rebeldes recuem. Então, países da Comunidade do Oeste Africano (Ecowas) enviam mais soldados, ampliando a presença militar externa.

SAIU NA IMPRENSA

TRANSIÇÃO INCERTA E INACABADA

Por Juliano Machado

(...) Não há receitas prontas para a transição de regimes autoritários a democráticos. Cada país, com suas circunstâncias, tem sua história. O Egito, de certa forma, está no mesmo trilho de outros países que enfrentam essa mesma transição. Na maioria dos casos, o processo é lento. Muitos aparentes recuos são apenas a comprovação de que o regime anterior reconhece a existência de um novo cenário e tenta se acomodar a ele de alguma maneira. (...)

Naquele momento [em que a população derrubou o antigo governo], o voto de confiança dado ao Exército revelava a falta de sintonia entre os jovens da Praça Tahir, que desencadearam os protestos contra Mubarak, e a Irmandade – contra quem pesa a suspeita de querer instaurar um Estado autoritário baseado em leis islâmicas. (...)

O Egito já conseguiu realizar um pleito democrático, mas está claro que o governo eleito, seja qual for, não conseguirá se desvincular tão cedo da interferência das Forças Armadas. O desafio egípcio será saber conduzir uma retirada gradual dos militares da vida política. (...) O Egito pode se espelhar em dois países islâmicos que conseguiram "domar" seus militares: Indonésia e Turquia. (...)

Não é simples fazer o mesmo no Egito, onde se estima que as Forças Armadas controlem até 40% da economia.(...)

***Época*, 25/6/2012**